

Relatório Quinzenal Sintético - Resolução CNJ nº 235/2016

Estoque de Processos Suspensos ou Sobrestados ao final do período-base aguardando julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou Tribunal de Justiça dos Estados, em processos de Repercussão Geral ou de Casos Repetitivos, respectivamente.

Período-base: Setembro	Ano-Base: 2016	Tribunal TJ - Bahia
---------------------------	-------------------	------------------------

Recurso Repetitivo/ Repercussão Geral	Número do tema	Tipo do Tema	Processo Paradigma (leading case)	Descrição	Estoque de processos sobrestados ou suspensos
STF	CC 033	C	ARE 868856 / ARE 872702 e outros	Responsabilidade civil do Estado por danos morais decorrentes de prisão indevida.	1
STF	CC 062	C	RE 652741 / RE 671728 e outros	Definição do indexador do adicional de insalubridade do servidor público ante a omissão legislativa.	1
STF	005	T	RE 561836	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.	1
STF	006	T	RE 566471	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	73
STF	016	T	RE 643247	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	1
STF	019	T	RE 565089	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	3
STF	022	T	RE 560900	Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal	8
STF	045	T	RE 573872	Expedição de precatório antes do trânsito em julgado do título judicial exequendo.	1
STF	123	T	ARE 652492	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	17 (*)
STF	381	T	RE 630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	
STF	157	T	RE 597362	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	2

STF	160	T	RE 596701	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	4
STF	176	T	RE 593824	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	14
STF	201	T	RE 593849	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	4
STF	210	T	RE 636331	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	8
STF	247	T	RE 603497	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	1
STF	249	T	RE 627106	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação	2
STF	264	T	RE 626307	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	3901
STF	265	T	RE 591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	
STF	284	T	RE 631363 (AI 754745)	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	
STF	285	T	RE 632212	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	
STF	296	T	RE 635548	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	1
STF	317	T	RE 630137	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	1
STF	346	T	RE 601967	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS	1
STF	349	T	RE 611639	Registro prévio do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor perante o órgão competente para o licenciamento.	1
STF	350	T	RE 631240	Prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao Judiciário	1
STF	365	T	RE 580252	Responsabilidade do Estado por danos morais decorrentes de superlotação carcerária.	1
STF	381	T	RE 630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	103
STF	382	T	RE 603917	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	1

STF	384	T	RE 602043	Incidência do teto remuneratório a servidores já ocupantes de dois cargos públicos antes da vigência da Emenda Constitucional 41/2003.	1
STF	385	T	RE 594015	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a sociedade de economia mista ocupante de bem público.	10
STF	386	T	RE 611874	Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	1
STF	437	T	RE 601720	Reconhecimento de imunidade tributária recíproca a empresa privada ocupante de bem público.	5
STF	457	T	RE 659424	Requisitos legais diferenciados para a concessão de pensão por morte em relação a cônjuges homens e mulheres de ex-servidores públicos.	1
STF	487	T	RE 640452	Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	1
STF	490	T	RE628075	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	1
STF	492	T	RE 695911	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	9
STF	493	T	RE 523086	Promoção de professor à classe superior a que pertence	3
STF	810	T	RE 870947	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.	
STF	508	T	RE 600867	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores	3
STF	523	T	RE 666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	2
STF	526	T	RE 883168	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	2
STF	531	T	RE 693456	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve	2
STF	533	T	ARE 660861	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	17
STF	541	T	ARE 654432	Exercício do direito de greve por policiais civis.	1

STF	542	T	ARE 674103	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	3
STF	550	T	RE 606003	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.	2
STF	576	T	ARE 683235	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	2
STF	578	T	RE 662423	Aplicação do lapso temporal da Emenda Constitucional 20/98 a integrante de carreira pública escalonada em classes que pleiteia aposentadoria, com proventos relativos ao cargo ao qual promovido, ante o implemento dos requisitos, no cargo originalmente ocupado.	1
STF	593	T	RE 330817	Imunidade tributária de livro eletrônico (e-book) gravado em CD-ROM.	1
STF	622	T	RE 898060	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	1
STF	683	T	RE 766304	Reconhecimento de direito à nomeação de candidato preterido, quando ajuizada a ação após o prazo de validade do concurso.	2
STF	694	T	RE 781926	Possibilidade de creditamento de ICMS em operação de aquisição de matéria-prima gravada pela técnica do diferimento.	1
STF	745	T	RE 714139	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.	7
STF	754	T	RE 924456	Eficácia temporal do art. 6º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, que reestabeleceu a integralidade e a paridade de proventos para os servidores públicos aposentados por invalidez permanente decorrente de doença.	3
STF	796	T	RE 796376	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.	1
STF	810	T	RE 870947	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.	47
STF	897	T	RE 852475	- Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	2

STJ	56	T	RESP 1532525 / RESP 1532516	Discute-se a "possibilidade de conversão de ação individual de cobrança de expurgos inflacionários sobre o saldo de cadernetas de poupança em liquidação/execução de sentença proferida em ação civil pública movida com a mesma finalidade".	5
STJ	106	T	RESP 1102457	Controvérsia: obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não contemplados na Portaria n. 2.577/2006 do Ministério da Saúde (Programa de Medicamentos Excepcionais).	1
STJ	398	T	RESP 1131476	Questão referente à legitimidade da exigência da prova de ausência da repercussão financeira relativa ao ISS sobre locação de bens móveis, ou a autorização de quem a tenha assumido, nos termos do art. 166 do CTN, para fins de repetição de indébito.	1
STJ	566	T	RESP 1340553	Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): qual o pedido de suspensão por parte da Fazenda Pública que inaugura	31(*)
STJ	567	T	RESP 1340553	Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): Se o prazo de 1 (um) ano de suspensão somado aos outros 5 (cinco) an	
STJ	568	T	RESP 1340553	Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): quais são os obstáculos ao curso do prazo prescricional da prescriçã	
STJ	569	T	RESP 1340553	Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que	
STJ	570	T	RESP 1340553	Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que	
STJ	571	T	RESP 1340553	Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): se a ausência de intimação da Fazenda Pública quanto ao despacho que	
STJ	573	T	RESP 1175089	Discute-se o alcance da hipoteca constituída pela construtora em benefício do agente financeiro, como garantia do financiamento do empreendimento, precisamente se o gravame prevalece em relação aos adquirentes das unidades habitacionais.	1
STJ	610	T	RESP 1361182 / RESP 1360969	Discussão sobre o prazo prescricional para exercício da pretensão de revisão de cláusula contratual que prevê reajuste de plano de saúde e respectiva repetição dos valores supostamente pagos a maior.	2

STJ	710	T	RESP 1419697 / RESP 1457199	Discussão acerca da natureza dos sistemas de scoring e a possibilidade de violação a princípios e regras do Código de Defesa do Consumidor capaz de gerar indenização por dano moral.	23
STJ	723	T	RESP 1391198	Discute se a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9 - e que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionar	2
STJ	887	T	RESP 1392245	Discute a possibilidade de inclusão de expurgos inflacionários e de juros remuneratórios na fase de cumprimento individual de sentença, na hipótese de não haver condenação a tais rubricas no título judicial formado em sede de ação civil pública - no caso,	2
STJ	888	T	RESP 1384142	Possibilidade de inclusão de juros remuneratórios na fase de cumprimento individual de sentença, na hipótese de não haver condenação a tal rubrica no título judicial formado em sede de ação civil pública - no caso, sentença proferida na Ação Civil Pública	
STJ	903	T	RESP 1320825	Discussão: definição acerca do momento em que verificado o lançamento e a sua notificação quanto ao crédito tributário de IPVA, com o escopo de fixar o termo inicial do prazo prescricional para a cobrança do crédito respectivo.	6354
STJ	905	T	RESP 1492221 RESP 1495144 RESP 1495146	Discussão: aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensaçã	68
STJ	906	T	RESP 1435837	Cinge-se a controvérsia à possibilidade do decreto da indisponibilidade de bens previsto no art. 185-A do Código Tributário Nacional, quando preenchidos os requisitos necessários, mas as diligências em busca de outros bens resultaram infrutíferas.	1
STJ	907	T	RESP 1377004	Discute a definição sobre o regulamento aplicável ao participante de plano de previdência privada para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício complementar.	2
STJ	908	T	RESP 1497831	Discute a possibilidade de revisão de cláusulas contratuais na segunda fase da ação de prestação de contas.	1
STJ	911	T	RESP 1426210	Discute se os artigos 2º, § 1º, e 6º, da Lei nº 11.738/2008 autorizam a automática repercussão do piso salarial profissional nacional quanto aos profissionais do magistério público da educação básica sobre as classes e níveis mais elevados da carreira, be	13
STJ	929	T	RESP 1517888	Discussão quanto às hipóteses de aplicação da repetição em dobro prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC.	34

STJ	935	T	RESP 1537944	Discussão quanto: à possibilidade de se determinar à instituição financeira a exibição incidental de contrato bancário no curso de demanda revisional; às consequências da recusa de exibição no que tange à capitalização e à taxa de juros remuneratórios; à	11
STJ	936	T	RESP 1370191	Definir, em demandas envolvendo revisão de benefício do regulamento do plano de benefícios de previdência privada complementar, se o patrocinador também pode ser acionado para responder solidariamente com a entidade fechada.	17
STJ	937	T	RESP 1446213	Discussão sobre os critérios para arbitramento de indenização por danos morais na hipótese de inclusão indevida em cadastro de inadimplentes.	12
STJ	938	T	RESP 1551956	Discussão quanto à: (i) prescrição da pretensão de restituição das parcelas pagas a título de comissão de corretagem e de assessoria imobiliária, sob o fundamento da abusividade da transferência desses encargos ao consumidor; e quanto à (ii) validade da c	774
STJ	939	T	RESP 1551951 RESP 1551968	Discute-se a legitimidade passiva da incorporadora (promitente vendedora) para responder pela restituição da comissão de corretagem e da taxa de serviço de assessoria técnico-imobiliária (SATI), sob o fundamento da abusividade da transferência desses enca	
STJ	947	T	RESP 1361799	Discute-se: a) a legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S/A para responder pelos encargos advindos de sentença proferida em ação civil pública, reclamando expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, movida pelo Instituto de Defesa do Consumidor -	291(*)
STJ	948	T	RESP 1438263	Discute-se a legitimidade ativa de não associado para a liquidação/execução da sentença coletiva.	
STJ	952	T	RESP 1568244	Discute-se a validade da cláusula contratual de plano de saúde que prevê o aumento da mensalidade conforme a mudança de faixa etária do usuário.	206
STJ	953	T	RESP 1388972 / RESP 1593858	Discute-se a possibilidade de cobrança de capitalização anual de juros independentemente de expressa pactuação entre as partes.	23
STJ	954	T	RESP 1525174 / RESP 1525134	A indevida cobrança de valores referentes à alteração do plano de franquia / plano de serviços sem a solicitação do usuário, com o consequente pedido de indenização por danos morais, em contrato de prestação de serviços de telefonia fixa. - ocorrência de	72
TJBA	1	IRDR	IRDR 0007725-69.2016.8.05.0000	Discussão: Concessão de auxílio-transporte aos policiais militares do Estado da Bahia, nos moldes previstos no art. 92, V, Letra H, da Lei Estadual n.º 7.990/2001	939
TIRA	2	IRDR	IRDR 0006410-	A controvérsia quanto (i) à aplicação dos arts. 7.º, §1.º, da Lei n.º 9.145/1997 e 110, §3.º da Lei n.º 7.990/2001, que dispõem sobre a garantia de revisão dos valores da Gratificação de Atividade Policial - GAP na mesma época e no mesmo percentual de rea	

			06.2016.8.05.0000	(ii) a revogação tácita ou não do art. 110, §3.º, da Lei n.º 7.990/2001, que tinha idêntica redação do art. 7.º, §1.º, da Lei n.º 7.145/1997, após este último ter sido suprimido expressamente por ocasião da promulgação da Lei n.º 10.962/2008.	157 (*)
TJBA	3	IRDR	IRDR 0006411-88.2016.8.05.0000	Discussão: A natureza jurídica do ato que extinguiu a Gratificação de Habilitação Policial Militar - GHPM, substituindo-a pela Gratificação de Atividade Policial Militar - GAP, através da Lei Estadual n.º 7.145/1997, se seria ato de efeitos concretos, de	
TJBA	6	IRDR	IRDR 0011517-31.2016.8.05.0000	Discussão: Definição do marco temporal final para a aplicação do percentual decorrente da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV sobre a remuneração e proventos dos servidores públicos estaduais do Poder Executivo, ativos, inativos e pensionistas	11

(*) Número total de processos em que se discute a matéria do(s) tema(s) indicado(s) no(s) processo(s). Caso seja necessária a quantificação específica por tema, indicamos os números a seguir:

TEMA IRDR	QUANTIFICAÇÃO
2	95
3	66

TEMA STF	QUANTIFICAÇÃO
123	17
381	11
493	4
810	47

TEMA STJ	QUANTIFICAÇÃO
566	14
567	13
568	19
569	14
570	21
571	15
887	2
888	2
938	420
939	424
947	49
948	261